

PORTARIA DE OUTORGA Nº 105, DE 13 DE MAIO DE 2013.

O Diretor de Recursos Hídricos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Instrução de Serviço nº 026-S, de 25 de janeiro de 2008, resolve:

Art. 1º Emitir outorga preventiva de direito de uso dos recursos hídricos à Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, CNPJ nº 28.151.363/0001-47, doravante denominada Outorgada, para lançamento de efluentes no Rio Pardo, região hidrográfica do Rio Itapemirim, município de Iúna, requerido por meio do processo IEMA nº 58642366, com as seguintes características:

I. Coordenadas UTM do ponto de lançamento: 235765 E / 7746673 N, *datum* WGS-84;

II. Dados do lançamento (valores máximos):

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Q (l/s):	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0
H/dia:	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Nº dias:	31	28	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31

III. Concentração máxima de DBO no efluente lançado: 50 mg/l;

IV. Vazão máxima de diluição referente ao parâmetro DBO: 371,3 l/s (1336,68 m³/h), considerando a DBO natural do rio igual a 1,0 mg/l e o padrão atual de referência para a DBO do corpo d'água igual a 5,0 mg/l;

V. Finalidade de uso da água: Diluição de Efluentes

Art. 2º A Outorga Preventiva objeto desta Portaria vigorará pelo prazo de três anos, não renovável.

Art. 3º Esta Outorga Preventiva não confere o direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão possível de outorga.

Art. 4º A Outorga Preventiva, objeto desta Portaria, poderá ser suspensão, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - Descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;
- II - Conflitos com normas posteriores;
- III - Incidência no art. 23 da Lei nº 5.818, de 30 de dezembro de 1998;
- IV - Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se essa licença for necessária.

Art. 5º Esta Outorga Preventiva poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - Quando os estudos de planejamento regional de utilização de recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II - Quando for necessária a adequação para garantir as prioridades de uso previstas nos planos de recursos hídricos.

Art. 6º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado quer vier a fazer da presente autorização.

Art. 7º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pela Outorgada de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º A Outorga Preventiva, objeto desta Portaria, está sujeita a cobrança, na forma de regulamentação específica.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sob a forma de extrato.


ROBSON MONTEIRO DOS SANTOS
Diretor de Recursos Hídricos